

Preconceito Linguístico e Jornalismo: Ausência de Clareza e Relações de Poder na Comunicação¹

Thereza Cristina Ferreira ROCHA²

Raquel DORNELAS³

Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES

Resumo

Este artigo tem como objetivo a realização de um estudo a respeito das relações de poder presentes na escolha da linguagem utilizada na formação do texto jornalístico. Mais precisamente, como tal linguagem pode contribuir para a difusão ou, pelo contrário, a exclusão de conteúdo no que tange a determinadas parcelas da sociedade, fenômeno que se enquadra no conceito de preconceito linguístico.

Palavras-chave: relações de poder; preconceito linguístico; clareza jornalística.

Introdução

O Jornalismo é, sem dúvida, uma prática antiga e, como tal, sofreu diversas mudanças ao longo dos anos - do estilo literário ao noticioso, do “nariz-de-cera” ao “*lead*”, do texto ao hipertexto. Neste artigo, o foco recairá sobre uma das questões mais elementares da produção textual jornalística – que, por si só, não apenas esteve presente como também foi uma das bases para tais transformações – a linguagem da imprensa.

Antes disso, vale destacar um ponto: o fator histórico. As primeiras produções jornalísticas possuíam um conteúdo mais rebuscado e temáticas mais limitadas, uma vez que os seus leitores faziam parte das classes mais favorecidas – nobreza e clero – cujos interesses demandavam tal formato. A maioria da população era analfabeta. Felizmente, a realidade dos dias de hoje é outra. O número de alfabetizados aumentou consideravelmente, as tecnologias evoluíram. A demanda por informação tornou-se mais variada – e o acesso a ela também.

Com as mídias digitais, a notícia é instantânea, interativa. Os chamados meios de comunicação de massa passam por mudanças e o público busca por ainda mais urgência na informação.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante do 3º período de Jornalismo (UVV-ES) e do 2º período de Cinema e Audiovisual (UFES), email: the_???

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da UVV-ES, email: raquel.dornelas@uvv.br.

Independentemente das mudanças tecnológicas, uma premissa se mantém: a linguagem jornalística precisa zelar pelo tom e ser elaborada para ser compreendida, via de regra, por um público heterogêneo, com ampla diversidade de idades, classes sociais e níveis de escolaridade.

No entanto, ainda é possível testemunhar casos em que a linguagem utilizada pelos jornalistas parece querer atingir apenas a uma pequena parcela da população. Termos como, *superávit primário*, *pedaladas fiscais*, *ação protocolar* são recorrentes no noticiário e, certamente, não são entendidos por grande parte da população. Será que a maioria dos leitores entende a diferença entre um inquérito policial e uma ação embargo? A distinção entre julgamento em primeira e segunda instância? As prerrogativas do Superior e do Supremo Tribunal Federal? Certamente, não. Mas, nem por isso, são raras nas narrativas jornalísticas.

Em outras palavras, mesmo tendo como propósito a busca pela divulgação de conteúdo a um vasto e heterogêneo corpo de leitores, ainda são encontrados casos frequentes do uso de vocabulário pouco usual e com pouca possibilidade de decodificação por parte grande público – chegando até mesmo a conter exemplos de termos técnicos ou específicas de determinado nicho. Tal prática, portanto, ao inferir que o público já possui previamente o repertório para a compreensão do texto, acaba por tornar a comunicação um ato seletivo. A consequência é a exclusão das classes menos escolarizadas (que, em geral, correspondem também às que detêm menor renda), do acesso à informação – ou à compreensão da informação. Esse fenômeno de exclusão midiática pode ser entendido à luz do conceito de preconceito linguístico, discutido por Marcos Bagno:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, um molde de vestido não é um vestido, um mapa-mundi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. [...] A língua é um enorme *iceberg* flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela visível dele, a chamada *norma culta*. Essa descrição, é claro, tem seu valor e méritos, mas é *parcial* (no sentido literal e figurado do termo) e não poder ser autoritariamente aplicada a todo resto da língua – afinal, a ponta do *iceberg* que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico (BAGNO, 2007, p. 9-10, grifos do autor).

Desta forma, assume-se que a Norma Culta se refere ao idioma como um todo, à “língua correta” – promovendo a exclusão das variedades linguísticas, sobretudo na questão da oralidade e dos regionalismos. E se há o “jeito certo” de falar e escrever, há também o “jeito errado”. Quem não domina a versão “correta”, portanto, é rejeitado, inclusive

hostilizado. Tal separação pode ocorrer tanto de forma aberta, direta e intencional – indo do preconceito à intolerância, a ser abordada mais tarde – como de forma, até certo ponto, inconsciente, derivada de um hábito comportamental não só herdado como legitimado historicamente – e, portanto, estrutural.

A partir desse cenário, é construída uma discussão que busca delinear a importância da clareza no texto jornalístico por meio de três focos de análises principais: um exemplo de caso de preconceito linguístico na mídia, através de um relato da ex-chefe de copidesque do *The New York Times*, Merrill Perlman; a linguagem jornalística ideal promulgada nos estudos comunicacionais brasileiros desenvolvida por Nilson Lage em “Teoria e Técnica do Texto Jornalístico”; e, por fim, o maior entendimento e a aplicação do preconceito linguístico, segundo a teoria de Bagno. A este objetivo, acrescenta-se também a proposta de construção de um estudo sobre como o preconceito linguístico possui inseparável relação com o contexto sócio-econômico-cultural no qual se insere – não apenas sendo um resultado deste, como também auxiliando na sua perpetuação.

Interesse público. Entendimento público?

O texto de Merrill Perlman, “Escolha de palavras e conhecimento do leitor: jornalistas deveriam escrever com o vocabulário que a maioria dos leitores possui” (tradução livre) demonstra um exemplo trazido por uma reconhecida profissional da área. A palestrante realiza periodicamente treinamentos para profissionais ligados à comunicação. Em tais eventos, os participantes são convidados a identificar erros reais em artigos noticiosos. Um exemplo comumente utilizado por ela, nessas ocasiões, é a notícia da queda de um avião. Perlman relata que, a cada ano, vários participantes sempre destacam uma das duas palavras desconhecidas: “fuselagem” e “escora”. Vocábulos esses que, apesar de terem sido escritos por jornalistas, não eram entendidos por pessoas do próprio meio jornalístico.

Mantenha em mente que esses participantes não são jovens, inexperientes estudantes de Jornalismo: a maioria estão no meio da carreira, com mais de 25 anos de experiência em jornais, *broadcast*, comunicações corporativas, e outras posições de alto desempenho. [...] As primeiras vezes que essas palavras foram destacadas pensei que fosse uma aberração. Mas tê-las destacadas *toda vez* que o exercício é oferecido, por tão diversos participantes, levanta questões: se tantos *comunicadores* não conhecem essas palavras, como podemos esperar que as nossas audiências as conheçam? (PERLMAN, 2014, grifos da autora, tradução livre)

Um destaque do trabalho de Perlman se baseia no fato de que sua proposta gira em torno, precisamente, da desconstrução da postura usual dos agentes comunicadores, tirando-os da posição de comunicantes e colocando-os na de comunicados, ou seja, no lugar do

público dos produtos midiáticos – principalmente no que tange à linguagem escolhida nestes –, justamente para novamente colocá-los em seu papel inicial.

O seminário realizado por Perlman e citado acima é direcionado à *Poynter's News University* – programa que trabalha com treinamento de mídias e jornalismo online – denominado, em tradução livre, “Tornando-se um escritor mais eficiente: clareza e organização”. Destinado a escritores em geral, mas com um maior foco na área da Comunicação, os alunos encontram-se, em sua maioria, na zona dos profissionais experientes que buscam a ampliação dos seus conhecimentos no campo. No treinamento, uma das atividades propostas é encontrar erros em notícias jornalísticas; dentre tais erros, os linguísticos – dentre os linguísticos, expressões que os leitores, no caso, os participantes do seminário, desconhecem. O problema posto com o recorrente estranhamento das palavras que relatam o acidente com o avião torna-se ainda mais sintomático quando contextualizado pela autora.

[...] no ano passado, em jornais dos Estados Unidos ou em seus equivalentes online, “escora” e “fuselagem” têm sido usadas ambas cerca de 1000 vezes, em publicações que vão desde os pequenos jornais comunitários aos gigantes, na maior parte sem definição ou contexto suficientes para as pessoas fazerem definições intuitivas. (Para ser justa, muitas referências estão em conteúdo de agências de notícias, não localmente originadas). [...] Isso pode não parecer muito, mas são mil oportunidades para confundir leitores, o que é mil oportunidades para perder alguns (PERLMAN, 2014, tradução livre).

Tal tipo de situação se repete, e é mais comum do que parece – não apenas no jornalismo americano, no qual a autora se insere, mas também no Brasil. Qual seria a raiz desse problema comunicativo? As técnicas jornalísticas em si?

Buscando uma resposta dentro dos estudos da área, o trabalho de Lage (2005) chama a atenção perante o seu emprego considerável tanto nos cursos e faculdades de Jornalismo brasileiros, como nas referências nas produções acadêmicas na área. Destacando justamente a produção textual-linguística do gênero jornalístico, o autor discorre em *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*, a respeito das técnicas linguísticas sobre as quais os textos presentes em jornais brasileiros se baseiam.

Começando pelo básico, constata-se que, tal qual todo ato comunicativo, a notícia assenta-se em um processo de seleção. Conforme Lage, o texto primário do jornalismo é a notícia e seu objetivo é expor um fato, um acontecimento importante. Para explorar o aspecto mais relevante da informação, se aproximando o máximo possível da objetividade/imparcialidade, no meio impresso (e, atualmente, o virtual), tem-se o *lead*: uma abertura, presente logo no primeiro parágrafo do texto, caracterizada pelo

esclarecimento das clássicas seis perguntas: quem(?) fez o quê(?) quando(?) onde(?) como(?) e por quê(?), conforme uma ordem relativamente decrescente de importância, segundo o contexto. A partir dele, segue o conteúdo complementar. O desafio é conseguir promover a distinção, a *seleção* entre as informações que são essenciais à transmissão do ocorrido daquilo que é secundário, e entre o que é secundário do que é irrelevante.

Portanto, por princípio, a redação de uma notícia é um recorte, um reflexo do olhar do seu autor, dependente, por extensão, do seu repertório e intencionalidade. Eis aí um processo subjetivo. Na sequência, após este aspecto estrutural, a subjetividade se aprofunda ao deparar-se com a questão da confecção propriamente dita da notícia, isto é, a escolha da sua *linguagem e tom*. Sobre tal ponto, o autor destaca a questão da Norma Culta:

Existe ou não língua padrão, norma culta? A resposta é sim e não, dependendo do conceito que se tenha. Se língua padrão é algo rígido, constituído de palavras pétreas e regras para todo o sempre, certamente não existe. No entanto, existe, sim, se concebemos língua padrão como algo dinâmico, mas relativamente estável no território (admitindo-se alguma variação nos usos regionais), constituído de um núcleo de palavras duráveis e outras nem tanto e com flutuação moderada de regras (LAGE, 2005, p. 125).

Lage ainda promove um estudo a respeito das formas sobre as quais a construção do texto afeta a sua consecutiva interpretação, bem como formas de evitar perigos contra a clareza. Para isto, três questões são majoritariamente verificadas. Primeiramente, a análise da problemática das terminologias mais utilizadas pelo jornalismo que, de alguma forma, deturpam o conteúdo original da notícia. O autor cita o eufemismo (quando uma expressão é substituída por um sinônimo de teor mais leve, a exemplo da substituição de “estupro” por “encontro sexual”), as diversas formas da ironia e a metonímia (a sinédoque mais especificamente, em que uma parte é tomada pelo todo, a exemplo do uso do aumento do preço de um produto específico para denunciar uma crise). Em seguida, a formulação de doze características da linguagem jornalística ideal – a serem exploradas mais adiante neste artigo mas que, de forma geral, trabalham a escolha da linguagem e dos termos da notícia. Por último, a construção de dicas a respeito da utilização/adaptação de conteúdo em língua estrangeira.

Tendo em vista, então, que o próprio Jornalismo, em teoria, defende o cuidado linguístico, a busca pela origem do problema da linguagem escolhida pelos textos jornalísticos se mantém. Seguindo a linha de raciocínio que amplia o raio dessa pesquisa do campo menor para o maior – isto é, da relação jornalista-texto à relação Jornalismo-jornalista – decidiu-se verificar, assim, a *influência social* na produção midiática, ou seja, a relação Sociedade-jornalista.

Para isso, constatou-se a importância da verificação de como a sociedade avalia o tema da escolha linguística. Eis aí a entrada do linguista Marcos Bagno, referência no campo do estudo do preconceito linguístico no Brasil, que levanta a discussão sobre o fenômeno da exclusão/rejeição de indivíduos sob o parâmetro do domínio da Língua Padrão e como isso procede de um evento histórico-social enraizado em diversos tipos de ideologias que buscam legitimá-lo. Tais ideologias são sintetizadas por Bagno (2007) em oito mitos que compõem “a mitologia do preconceito linguístico” – todos eles, direta ou indiretamente, ligados às relações históricas de poder presentes na sociedade brasileira. Podem ser divididos resumidamente em três categorias: primeiro, a confusão monolingüismo-homogeneidade linguística; em seguida, os derivados do passado histórico Portugal-Brasil e, por fim, os da confusão entre língua e Gramática Normativa.

Sobre a confusão monolingüismo-homogeneidade linguística encontra-se, pois, o primeiro mito ou “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta unidade surpreendente”. É contestado a partir do momento em que tal sentença não leva em consideração as variedades linguísticas, tanto orais – a fala formal e coloquial – quanto regional-locais. Monolingüismo – uso fluente de uma língua – não é sinônimo de homogeneidade linguística – que tal idioma seja algo sólido, coeso, universal. A heterogeneidade linguística brasileira possui relação direta não somente com as heranças linguísticas históricas que o português-brasileiro possui (o que conduz à pluralidade do idioma), como também com o contexto de desigualdade de renda e acesso limitado à educação escolar (o que conduz a falta de acesso a tal pluralidade).

A respeito dos derivados do passado histórico Portugal-Brasil, encontram-se os mitos “Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português” e “O melhor lugar onde se fala português no Brasil é o Maranhão”. Estes são pautados pela crença na supremacia linguística portuguesa, derivada no sentimento de inferioridade que o Brasil por vezes detém em relação ao seu ex-colonizador europeu. Defendo a tese não somente da existência de uma “língua correta” mas da sua presença no seu território original – o Maranhão entrando na questão por possuir um vocabulário mais próximo com o utilizado em Portugal, a exemplo do emprego do pronome “tu”. Bagno contraria tais idéias:

Existe, embutida nesse mito, a ilusão de que os portugueses falam e escrevem “tudo certo” e que seguem rigorosamente as regras de gramática ensinada na escola. [...] Não é nada disso. Assim como nós aqui cometemos nossos “pecados” contra a gramática normativa, os portugueses também cometem os deles, só que, mais uma vez, diferentes dos nossos. Em Portugal, por exemplo, o plural de *tu* não é *vós*, como querem as gramáticas normativas. O plural de *tu* é *vocês*. [...] E num livro

editado em Portugal encontrei a seguinte pergunta: “Não *vos* sucede *sentirem-se* por vezes um pouco indefinidos? (BAGNO, 2007, p. 31-32, grifos do autor).

Bagno argumenta ainda que não existe um português correto, “mais feio ou mais bonito”. O que existe, de fato, são construções linguísticas que atendem às diferentes necessidades dos dois povos, da duas diferentes realidades.

Por último, sobre a confusão entre língua e Gramática Normativa, destacam-se os mitos “o Português é muito difícil”; “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; “O certo é falar assim porque se escreve assim”; “É preciso saber a gramática para saber falar e escrever bem” e “O domínio da Norma Culta é um instrumento de ascensão social”. Como definido pelo título, todos eles têm como base a crença na “língua correta” e a “errada”, que toda forma de variação, mesmo que artisticamente, culturalmente interessante, é um erro. Para existir um erro, deve ser assumida a existência de regras que delineiam aquilo que é “certo”, de qualidade. Essas regras devem ser a base da língua. Ora, Bagno comprova que aí existe uma inversão histórica:

E Sirio Possenti, já citado, lembra-nos que as primeiras gramáticas do Ocidente, as gregas, só foram elaboradas no século II a.C, mas que muito antes disso já existira na Grécia uma literatura ampla e diversificada, que exerce influência até hoje em toda a cultura ocidental. [...] As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como “regras” e “padrões” as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, *a gramática normativa é decorrência da língua*, é subordinada a ela, dependente dela. Como a gramática, porém, passou a ser um *instrumento de poder e controle*, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua “bonita”, “correta”, “pura” (BAGNO, 2007, p. 64, grifos do autor)

A gramática normativa propõe, sim, grandes benefícios à língua. Mas ela não corresponde ao seu todo. É meramente *uma parte* de todo um vasto campo das comunicações verbo-oral-textuais. Limitar toda a capacidade enunciativa de um meio de comunicação de massa unicamente a uma das partes da língua, portanto, significa limitar o conteúdo a quem possui uma capacidade interpretativa similar. No entanto, a própria limitação interpretativa se opõe diretamente ao caráter plural e heterogêneo do público desse gênero de mídia, a massa.

Análise de Conteúdo

No caso de Merrill Perlman, portanto, trabalha-se precisamente o uso de vocabulário complexo em meios de comunicação de massa. O resultado direto é o comprometimento da

interpretação e entendimento da informação por parte do receptor. A partir disso, diversos eventos podem se seguir. Perlman define como possível consequência – numa entrevista realizada ao portal *Journalism in the Americas*, a respeito dos seus seminários –,o exemplo:

O público pode não entender a importância de um evento - por exemplo, um espectador que não entende que uma matéria sobre um vazamento químico significa que a água não é segura para beber pode beber a água de qualquer maneira. Se o público não entende a história, as consequências podem incluir a propagação de rumores que assumem maior importância do que a notícia - por exemplo, um leitor que pensa que a matéria diz que a água é imprópria para beber, quando na verdade não o diz, e acaba espalhando o erro, criando pânico e confusão desnecessária. (PERLMAN, 2014b)

Assim, pode ocorrer o compartilhamento em cadeia de uma interpretação errônea; o compartilhamento de uma interpretação deturpada e até a perda da credibilidade da publicação. Por que, então, tal comportamento se perpetua, mesmo perante a tamanhos riscos? Nessa mesma entrevista a autora destaca:

Todo mundo quer parecer inteligente, e às vezes os jornalistas escolhem palavras complicadas para soar mais esperto. Outras vezes, o jornalista pode não entender uma palavra complicada dada por uma fonte e, com medo de parecer estúpido à fonte ou a um editor, apenas a repete em uma notícia ao invés de aprender o que significa (PERLMAN, 2014b).

A partir deste ponto, surge a pergunta: afinal, será que a única motivação para esse tipo de prática se pauta só nas questões estéticas, questões intelectuais, pessoais? Ou será que tal contexto pode ser inserido em um âmbito maior?

É neste ponto que surge, então, a busca por um estudo a respeito das relações extra-emissor-receptor, ou até, das relações meio-emissor-receptor. Gnerre (2001) analisa justamente essas questões.

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico [...] (GNERRE, 2001, p.5).

Diante dessa relação social que é o ato comunicativo, Gnerre constrói três regras que todo ser humano deve saber antes e durante um diálogo: saber quando pode e quando não pode falar; que tipo de referências lhe são disponibilizadas e que tipo de variedade linguística é a mais adequada ao dado contexto.

Mas os questionamentos ainda pairam no ar: quem determina qual é a variedade linguística mais adequada ao contexto? O interesse do emissor em se fazer compreensível. O ato comunicativo é uma relação de poder. O ato comunicativo possui hierarquia. O emissor é aquele responsável pelo ato inicial de disponibilização da mensagem. Por sua

vez, ele é influenciado pela sociedade em que vive para se portar de tal maneira numa dada situação. Determinados padrões histórico-sociais afetam, por coersão subconsciente, o comportamento individual.

É aí que entra o preconceito linguístico. Marcos Bagno constrói todo um estudo, através da sua mitologia, a respeito da forma sobre a qual social e culturalmente, o uso do vocabulário complexo é legitimado - acabando, de maneira direta ou indireta, por provocar a exclusão social. A exemplo do caso da queda do avião, é evidente a possibilidade de milhares de pessoas não terem compreendido integralmente o contexto da tragédia. Em que nível tal confusão pode ter atingido os parentes? As tentativas de administração da crise por parte da empresa aérea envolvida? As informações coletadas e distribuídas pela prefeitura local? A lista de envolvidos é imensa. Deveriam todos eles conhecer os conceitos de “fuselagem” e “escora”? Se alguém que domina tal informação é tido como “intelectual”, os que não o fazem seriam “desprovidos de intelecto”? Seriam os participantes do seminário, profissionais com anos de carreira na comunicação, com tais características?

Tal imagem construída ao longo do tempo na sociedade – de que quem domina a Norma Culta e sabe construir sentenças com palavras “difíceis” são pessoas “intelectuais” – faz parte da definição de preconceito linguístico. Como os profissionais da comunicação jornalística são responsáveis pelo domínio da linguagem para informar o seu público, seria tal prática sinônimo do domínio *exclusivo* da Língua Padrão? Para Lage, não. Na primeira das suas doze características da linguagem jornalística, o autor diz:

Utilizam-se, sempre que possível, palavras do registro formal admissíveis no registro coloquial da linguagem, isto é, aquelas que pertencem, ao mesmo tempo, ao conjunto dos itens léxicos aceitos na linguagem formal e na linguagem coloquial. Entre “próximo a” e “perto de”, “perto de”; entre “sintagma” e “locução”, “locução” [...] (LAGE, 2005, p. 129).

O uso *moderado* da variedade padrão seria, portanto, o ideal, uma vez que se torna possível a união entre o alcance interpretativo do coloquial e a base estrutural estável da língua padrão. Ainda mais: a segunda característica se dá pela exclusão de expressões que manifestam preconceito. (LAGE, 2005) Dentre as demais dez, são construídas orientações mais específicas a respeito do uso de neologismos e estrangeirismos (dignos de cautela, levando em consideração o repertório do leitor); o uso de adjetivos e advérbios (a serem evitados por desenvolverem juízos de valor), o uso da terceira pessoa (a fim de se colocar distante do acontecimento) e uma compilação dos erros mais frequentes (em termos ortográficos, sintáticos e vocabulares) promovidos por estudantes – seguidos das suas soluções. Para Nilson Lage, flutuações gramaticais são inevitáveis, ao passo de que a

própria Gramática possui exceções e casos de mais de uma regra cabível a uma construção. O objetivo primeiro da comunicação jornalística seria, portanto, ser claro ao seu público e, para isso, adaptar-se, como emissor, a ele.

Gnerre também nos ajuda a pensar na questão.

A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. [...] A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constituem um verdadeiro filtro da comunicação de informações: estas podem ser entendidas somente pelos ouvintes já iniciados não só na linguagem padrão mas no conteúdo a ela associados. Assim, também, se a televisão e o rádio alcançam uma enorme difusão, a comunicação de notícias e informações fica restrita a grupos relativamente reduzidos entre os que têm acesso aos instrumentos de tais comunicações. (GNERRE, 2001, p.21)

Outro ponto digno de atenção se trata do fato de que o uso seletivo, por parte da mídia, de determinados tipos de expressões pode até mesmo, ao lado da exclusão linguística, trabalhar a intolerância. Para melhor compreender essa relação, recorreu-se à Maria Quadros Leite (2005) que esclarece as diferenças presentes entre os conceitos de preconceito linguístico e intolerância linguística:

[...] especificamente em relação à língua, pode-se falar tanto de *preconceito* quanto de *intolerância*, reconhecendo, contudo, diferenças entre ambos. O *preconceito* é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do *outro*, é um *não-gostar*, um achar feio ou errado um *uso* (ou uma língua), sem que se tenha a configuração do que poderia vir a ser o bonito ou correto. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um *discurso metalingüístico*, calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, *tradição x modernidade*, *conhecimento x ignorância*, *saber x não-saber*, e outras congêneres. (LEITE, 2005, p. 84)

O que pretende-se destacar não é apenas a diferença entre ambas as questões, mas a forma sobre a qual é realizado o estudo específico da dicotomia *saber x não-saber*, *conhecimento x ignorância*, no que tange à escolha do uso da variação linguística.

Outro ponto importante se trata da escolha do caso a ser estudado por Leite: a manifestação midiática de intolerância linguística contra, simultaneamente, a maior autoridade política do país, o Presidente da República daquele ano, Luis Inácio Lula da Silva e a maior parte da população brasileira. Neste momento, vale ressaltar que o presente trabalho, durante o processo de escolha de referências e construção argumentativa não tem o propósito de defender e/ou gerar um posicionamento político-partidário, uma vez que analisa outro trabalho, também científico, tendo como interesse exclusivo único a análise de discurso pautada em caso de intensa repercussão.

Retomando o trabalho de Leite, o artigo analisado pela professora se denomina “*Em nome da lei do pior esforço*”, publicado em 2005, no jornal *O Estado de São Paulo*, pela

articulista Dora Krammer. Por sua vez, o artigo de Krammer defende a tese de que o então presidente Lula fugia ao uso da Norma Culta em seus discursos políticos com o fim de conquistar o apoio dos eleitores que, em sua maioria, não dominam tal variação. Perante a tal processo, é construído um argumento que não apenas desqualifica o discurso do presidente, como sendo algo inapropriado, como também desqualifica o discurso do povo que se utiliza dessa linguagem. Ainda mais: acusa o presidente de defender o uso de uma espécie de “linguajar” errado. Ao discurso oral conforme a expressividade popular, nos lábios de Lula, foi rebatizado, por parte da autora, com um neologismo irônico (assim duplamente contestável, segundo os postulados de linguagem jornalística de Lage) “companheirês”. Logo no primeiro parágrafo do texto, Krammer diz: “Há de haver uma explicação para o empenho do governo em geral e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em particular na consolidação do pensamento banal, da palavra tosca e do ato irrelevante como valores representativos do caráter nacional”. Por si só, observando-se ainda o título dado ao texto (Em nome da lei do *pior* esforço) tal parágrafo já delineia bem toda a postura da autora.

A partir disso, Leite constrói um estudo a respeito do caráter intolerante do texto da articulista, desconstruindo as suas sentenças de forma a explicitar, ainda mais, a mensagem que a autora passa aos seus leitores.

É que, declara a autora, a economia vai bem, mas a maior parcela da sociedade vai mal porque, ao atender um setor social, o presidente deixou de atender ao outro. E se, na primeira mudança atendeu à classe média, na segunda (na “*regressão ao ponto de origem*”, como disse, pode querer agradar à parcela esquecida e, quem sabe, descuidar da economia. A organização lingüística desse argumento, posto em um período encabeçado por uma oração que traz a afirmação do déficit social do governo - “A *escolha* [pela economia] *rendeu perdas na base social de origem* [a maioria que não integra o padrão da classe média]” - conectada à outra, pela conjunção adversativa “*mas*”, para aduzir o segundo argumento, em que traz avaliação da situação atual do País - “*MAS manteve o País à tona.*”-, posiciona toda a força argumentativa na segunda, e leva o leitor à seguinte inferência: “não importa se o povo está mal, importa que a economia esteja bem”. (LEITE, 2005, p. 88)

Este exemplo contrasta, portanto, com o caso de Perlman. Ambas as professoras trabalham o estudo do uso da variação linguística na mídia, Perlman com o caso de um linguajar complexo, não necessariamente intencional, mas ainda assim excludente – advindo de um estilo de escrita jornalístico derivado das relações sociais humanas – e Leite com o caso oposto, o de um linguajar simples que, na busca de dirigir-se de forma compreensível ao seu receptor, evitou a Norma Culta e, portanto, aos olhos da mídia em questão, feriu a língua portuguesa “correta” e, por consequência, a nação como um todo. O primeiro, num caso de exclusão implícita, velada, o último, num caso claro, explícito.

Enfim, qual seria, então, uma possível solução para esse tipo de caso? Perlman destaca que o problema do caso da queda do avião poderia ter sido resolvido simplesmente através do emprego de sinônimos. Mas o seu contexto mais amplo, conforme discutido aqui, decerto não pode ser solucionado súbita e completamente. Após a análise dos estudos de Bagno, verifica-se a necessidade de uma reforma completa na forma como os indivíduos – comunicadores profissionais ou cotidianos – pensam a respeito da forma como se dirige e valoriza, o receptor.

Considerações Finais

A partir da análise bibliográfica realizada, conclui-se que, mesmo a importância da clareza ser um conceito amplamente verificado nos estudos de Jornalismo, o preconceito linguístico é um aspecto tão enraizado historicamente na cultura que, por vezes, passa despercebido nas análises da área. Ainda assim, é fonte geradora (ou pelo uma das fontes) da manutenção do sentimento de incapacidade que grande parte da população sofre perante a dificuldade interpretativa de informação, processo este incorporado, dentre diversos outros momentos, no caso explorado pela pesquisa de Merrill Perlman.

A partir disso, viabiliza-se a reação passiva por parte dessa mesma população, diante de acontecimentos que lhes concerne e ainda: facilita a expansão do senso comum em torno da ideia da responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais (governo) no que diz respeito às questões que envolvem uma sociedade. O que solidifica a estrutura hierárquica da desigualdade social.

Como diz Maurizio Gnerre em seu livro *Linguagem, escrita e poder*, a Constituição afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é redigida numa língua que só uma parcela da população consegue entender. [...] Muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos. (BAGNO, 2007, p. 17)

Portanto, é de responsabilidade de todos os meios responsáveis por atividades comunicativas, se atentar a essa questão. Para evitar a manutenção do fenômeno, ambos os autores destacados desenvolveram propostas de solução. Primeiramente, Merrill Perlman:

[...] em geral, o jornalista deve tentar olhar para o que ele tem escrito do ponto de vista do público. Será que esqueceu de colocar algo no contexto? As frases dizem o que quero dizer? Há frases complicadas, ou ambíguas, ou sentenças fora do lugar? Um exemplo recente foi em um artigo sobre o julgamento de um homem acusado de atirar em um jovem em um posto de gasolina. Uma frase diz: "Três balas atingiram Davis, que morreu no local depois de passar uma tarde no shopping." Parece que ele foi baleado, passou uma tarde no shopping, depois morreu. Não era o que se pretendia - "Ele estava no posto de gasolina, a caminho de casa após uma

tarde no shopping, quando foi baleado três vezes e morreu no local." (PERLMAN, 2014b)

De fato, trata-se de sugestões contundentes, verificáveis também em estudos jornalísticos como os de Nilson Lage. Porém, abrigam propostas demasiado voltadas a correções textuais, de clareza. Naturalmente, a análise sociológica não fazia parte do objetivo de Perlman, o que não retira a validade das suas conclusões. Alcançando este campo, por sua vez, Marcos Bagno amplia as possibilidades, adentrando no sistema da educação:

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da variação linguística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte público de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito (BAGNO, 2007, p. 70-71).

Finalmente, acrescenta-se aqui mais uma sugestão: a do encorajamento, precisamente no campo da mídia, à criação de canais de comunicação para o esclarecimento de possíveis questões levantadas pelo público – canais específicos para a execução de levantamentos a respeito dos casos de dificuldade interpretativa; não meras salas de bate-papo e/ou comentários, em que é exposto um meio justamente para a avaliação do público a respeito da clareza da informação. Tal plataforma reuniria as dúvidas mais recorrentes e buscaria esclarecê-las da melhor forma possível. Organizada de modo planejado, poderá realizar a identificação, listagem e fuga às principais construções linguísticas de difícil compreensão: uma forma de contato direto a respeito da satisfação do público em torno do conteúdo apresentado, de forma específica e objetiva, bem como uma nova ferramenta de autoavaliação jornalística, capaz até mesmo de aliar-se a área da ouvidoria.

Referências Bibliográficas

BAGNO, M.; *Preconceito Linguístico – o que é, como se faz*. São Paulo. Edições Loyola. 49ª ed. 2007.

GNERRE, M.; *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo. Martins Fontes. 4ª ed. 2001.

HENDRISCHKE, M.; *Como Ter Certeza de que Seus Leitores Entenderam a Notícia – redatora fala da importância da clareza no Jornalismo*; Disponível em: (<http://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-15173-como-ter-certeza-de-que-seus-leitores-entenderam-noticia-redatora-fala-da-importancia->); Acesso em: 25 de Maio de 2016.

LAGE, N.; *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro. Elsevier. 3ª ed. 2005.

LEITE, M.; *A Intolerância Linguística na Imprensa*; Disponível em:
(<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37280>); Acesso em: 25 de Maio de 2016,

PERLMAN, M.; *Word Choice and Reader Knowledge – Journalists should write with vocabulary most readers possess*; Disponível em:
(http://www.cjr.org/language_corner/language_corner_020314.php); Acesso em: 25 de Maio de 2016.